



MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 61.082.004/0001-50 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CONTEXTO OPERACIONAL: O exercício de 2021 foi marcado pela continuidade dos efeitos negativos da grande Pandemia Covid 19 que alcançou proporções mundiais. No caso do Brasil houve uma certa falta de coordenação nacional para o enfrentamento da doença com Estados e Municípios adotando decisões diferenciadas, sobretudo no que se refere ao fechamento do comércio no primeiro trimestre do exercício. Isso teve um forte impacto no desempenho da economia nacional como um todo. Os programas governamentais de apoio às empresas e a população, não tiveram ao longo de 2021 o mesmo impacto positivo do ano anterior. Isso contribuiu para uma queda no poder aquisitivo da população, além da manutenção de altas taxas de desemprego, criando um quadro desfavorável no mercado consumidor. O setor de brinquedos foi obrigado a conviver, ao longo de 2021, com a redução das alíquotas de importação de brinquedos, chegando a 20% no final do exercício. Essa redução ocorreu, principalmente, em função das pressões feitas por empresas estrangeiras junto ao governo brasileiro pois atuam, basicamente, com brinquedos importados. Essas empresas não produzem nada no País, mas pretendem com a menor tributação na importação ganhar maior participação no mercado brasileiro de brinquedos. Por outro lado, uma das consequências do crescimento das importações foi um grande aumento no custo de transporte marítimo da China para o Brasil, o que encareceu o brinquedo importado. Esse fato aliado à manutenção da taxa cambial ao redor de R\$ 5 por 1 dólar americano, possibilitou que as empresas nacionais mantivessem preços competitivos e continuaram a ganhar espaço frente aos produtos importados. A Pandemia obrigou as crianças e os adolescentes a permanecerem em casa. Isso contribuiu para o resgate da convivência no núcleo familiar doméstico, com mais leitura e mais brincadeiras, ajudando a aumentar as vendas de brinquedos e livros infantis neste exercício.

DESEMPENHO DA COMPANHIA: Apesar das dificuldades apresentadas no mercado, em especial a alta nos preços dos insumos, a falta de abastecimento no primeiro semestre, a aceleração da inflação, o aumento do custo de aquisição de matéria-prima, a Companhia teve um excelente desempenho no exercício. Baseado na experiência do que ocorreu no exercício de 2020, quando Companhia poderia ter alcançado um faturamento maior e não conseguiu por falta de insumos para a produção, nesse exercício de 2021 a Companhia adotou, logo no início do ano, uma estratégia de compras com o objetivo de garantir o abastecimento das fábricas e, consequentemente, do mercado. Embora esse aumento de compras tenha exigido mais recursos financeiros, foi uma decisão acertada pois a Companhia conseguiu abastecer o mercado e garantir um crescimento de faturamento bastante expressivo num ano de muitas dificuldades. As despesas com vendas tiveram uma queda importante de 12% (doze) e as despesas administrativas um crescimento de 18% (dezoito). Esses fatores levaram o lucro, antes das despesas financeiras, a um crescimento de 55% (cinquenta e cinco) comparado ao ano anterior. Outro resultado importante foi a redução das despesas financeiras, apesar dos gastos com antecipação de custos de insumos. A Companhia fechou o exercício com uma redução de 7,25 (sete inteiros e vinte e cinco centésimos) frente a 2020, o que possibilitou a Companhia ter um resultado operacional positivo de R\$ 416.000 mil contra um prejuízo de R\$ 15,7 milhões no ano passado. A receita líquida da Companhia

cresceu 29% (vinte e nove) em 2021 comparada ao exercício anterior. Por outro lado, o custo dos produtos cresceu, no mesmo período, 37% (trinta e sete) porém no resultado final o lucro bruto ficou 21% (vinte e um) acima do exercício de 2020. Esse resultado positivo foi alcançado, fundamentalmente, em função da Companhia ter 95% (noventa e cinco) do seu faturamento realizado através de produtos produzidos no Brasil, em suas três unidades industriais de Itapira-SP, Três Pontas-MG e Ribeirão-SE. **DESEMPENHO DAS SOCIEDADES DO GRUPO:** As sociedades do Grupo continuaram desenvolvendo suas atividades com destaque para a Editora Estrela Cultural Ltda como a seguir comentado: **Editora Estrela Cultural Ltda.:** sociedade dedicada a edição de livros infantis/juvenis da Companhia, com atividade iniciada em 2018. Tem uma nova proposta de leitura para as crianças, de forma mais criativa e participativa. Além disso continua tendo seu foco também no fornecimento de livros para escolas públicas e privadas, além do desenvolvimento de livros bilíngues e e-books. É um projeto que complementa a estratégia da Companhia de ficar sempre próxima das necessidades de entretenimento saudável das crianças e adolescentes. No ano de 2021 a Estrela Cultural participou e venceu várias licitações públicas ligadas a Prefeituras, Governos Estaduais e Governo Federal que possibilitaram a colocação de livros nas escolas públicas. No exercício de 2021 vendeu mais de 120.000 livros em licitações públicas. Atualmente a Estrela Cultural já se encontra entre as 5 maiores editoras infantis juvenis do Brasil. **Brinquemolde Licenciamento Indústria e Comércio Ltda.:** instalada no município de Três Pontas-MG, continua a concentrar a produção industrial do Grupo gerando uma quantidade expressiva de empregos e contribuindo para o desenvolvimento do Município. **Estrela Distribuidora de Brinquedos, Comercial Importadora e Exportadora Ltda.:** continua sendo a sociedade responsável pela distribuição dos brinquedos e faturamento da Companhia para os clientes de todo o país. **Starcom do Nordeste Comércio e Indústria de Brinquedos Ltda.:** situada em Ribeirãoópolis, Sergipe, empresa com atuação específica na Região Nordeste do Brasil, principalmente na produção de linhas de bonecas. **Catu Comércio de Cosméticos Sociedade Unipessoal Limitada:** sociedade desenvolvida para a comercialização de linha de cosméticos infantil, através de lojas próprias. Tendo em vista o sucesso alcançado com esses produtos a Companhia decidiu abrir em 2021 duas novas operações na cidade de São Paulo, no Shopping Pátio Paulista e no Shopping Pátio Higienópolis. Com a normalização das atividades do varejo, a Companhia está prevendo no curso do exercício de 2022 a abertura das primeiras lojas na modalidade de franquia.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL: A Companhia continua a desenvolver ações sociais com foco em crianças e adolescentes por todo o País, continuando a ser uma das mantenedoras da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente. As fábricas da Companhia possuem certificado ISO 9000 e a Companhia continua a ser a única empresa de brinquedos a ter laboratório próprio certificado pelo INMETRO. A Companhia participa do grupo coordenado pela FIEP de logística reversa para cuidar da reciclagem dos plásticos das embalagens dos seus produtos. Importante salientarmos também que a Companhia decidiu iniciar um procedimento para a eliminação total de plástico em embalagens dos brinquedos fabricados pela Companhia. A preocupação de contribuir para que o País te-

nhum Meio Ambiente equilibrado faz parte da finalidade da Companhia para que as futuras gerações de crianças possam viver num mundo ecologicamente saudável.

CONJUNTURA INTERNACIONAL: A Companhia através de sua administração e de seus assessores técnicos especializados têm acompanhado atentamente o desenrolar dos efeitos das políticas públicas nacionais e internacionais para controle da Pandemia causada pela Covid-19, e agora da Guerra entre Ucrânia e Rússia, de modo a atenuar eventuais consequências adversas para atividades econômicas da Companhia. O resultado desse acompanhamento tem sido exitoso e a Companhia não apresentou ociosidade na produção, mantendo o processo produtivo ininterruptamente. Não houve no exercício reflexos negativos nos custos fixos ou similares, o que não retira a preocupação da Companhia em continuar no ano de 2022 adotando as medidas necessárias para manter a produção com a maior eficiência possível dentro da conjuntura Internacional.

EVENTOS SOCIETÁRIOS: A Administração continuará neste exercício com a prática do voto a distância, implantado no ano passado, o que se justifica mais ainda em função das restrições a movimentação física das pessoas. A Administração da Companhia irá propor que a Assembleia Geral dos Acionistas, a ser convocada, aprove as Demonstrações Financeiras e o lucro do exercício seja composto com prejuízos acumulados, na forma de lei de sociedades anônimas, não havendo, portanto, possibilidade de distribuição de dividendos relativos ao exercício encerrado.

AUDITORES INDEPENDENTES: A Companhia mantém a postura de preservar a independência dos Auditores Externos e no exercício passado os Auditores prestaram serviços exclusivos de Auditoria das Demonstrações Contábeis, na forma do disposto na Instrução CVM 381/03 e demais dispositivos legais aplicáveis.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA: De acordo com o artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM 480/2009, e demais dispositivos legais aplicáveis, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as informações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e com o relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AGRADECIMENTOS: A Administração agradece a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, empregados, instituições financeiras, instituições governamentais e privadas, pelo apoio dado à Companhia durante o exercício findo, sem o qual não poderia ter cumprido sua missão de proporcionar saudável entretenimento e cultura para a infância e adolescência brasileira. A Companhia agradece, especialmente, as Prefeituras das cidades onde atuam nossas unidades industriais pelo trabalho para manter as atividades empresariais e garantir a saúde e bem-estar dos colaboradores. Todos empregados e colaboradores seguiram todas as orientações sanitárias para a preservação da saúde de todos. A Companhia agradece os colaboradores que trabalharam em sistema de home office, respeitando as orientações das autoridades públicas para preservar a saúde individual e coletiva.

A ADMINISTRAÇÃO
São Paulo, 25 de março de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro líquido (prejuízo) por ações)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Bruta	40.925	24.182	203.201	166.864
Devoluções e cancelamentos.....	(895)	(694)	(5.005)	(4.249)
Impostos sobre vendas.....	(10.121)	(6.182)	(19.132)	(24.055)
Receita Operacional Líquida	29.909	17.306	179.064	138.560
Custo dos Produtos Vendidos	(28.700)	(28.098)	(93.713)	(68.193)
Lucro Bruto	1.209	(8.792)	85.351	70.367
Despesas Operacionais				
Despesas com vendas (nota 18).....	(676)	(1.781)	(25.290)	(28.840)
Despesas administrativas.....	(2.020)	(1.326)	(37.592)	(31.767)
Honorários dos administradores.....	(903)	(657)	(903)	(657)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas.....	(10.919)	19.323	17.454	16.051
Resultado da equivalência patrimonial (nota 15).....	10.888	(6.117)	-	-
Resultado antes do Resultado Financeiro	8.389	650	39.020	25.154
Receitas financeiras (nota 19).....	732	1.686	1.388	2.255
Despesas financeiras (nota 19).....	(13.434)	(18.034)	(39.992)	(43.117)
Lucro (Prejuízo) do Exercício antes da CSSL e IR	(4.313)	(15.698)	416	(15.698)
Provisão para Contribuição Social.....	-	-	(1.258)	-
Provisão p/Crédito Imposto Renda.....	-	-	(3.471)	-
Lucro (Prejuízo) antes das Participações	(4.313)	(15.698)	(4.313)	(15.698)
Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	(4.313)	(15.698)	(4.313)	(15.698)
Quantidade de Ações ao Final do Exercício	808.350	808.350	-	-
Lucro (Prejuízo) por Ação	(5,3361)	(19,4198)	-	-
Ação do Capital Social - R\$	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Atividades Operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício.....	(4.313)	(15.698)	(4.313)	(15.698)
Depreciações e amortizações.....	2.254	1.823	3.104	3.180
Equivalência patrimonial.....	(10.974)	6.117	-	-
	(13.033)	(7.758)	(1.209)	(12.518)
Variáveis de ativos				
Em contas a receber.....	(3.179)	(4.897)	(11.031)	(23.996)
Em estoques.....	(2.663)	1.724	(13.394)	1.654
Em Adiantamentos diversos.....	67	1.449	(644)	2.252
Em outras contas a receber.....	40	(171)	(6.517)	(253)
Em transações com partes relacionadas.....	2.682	4.489	(129)	(141)
Em depósitos judiciais.....	(1.455)	(3.032)	(1.455)	(3.032)
TDA.....	750	1.873	750	1.873
Em investimentos a classificar.....	22	(50)	(725)	(12)
Em impostos a recuperar.....	1.522	(15.308)	(20.475)	(16.152)
Em créditos tributários.....	(115)	(115)	(115)	(115)
	(1.717)	(14.038)	(53.733)	(37.922)
Variáveis de passivos				
Em fornecedores.....	3.579	(3.025)	491	(8.528)
Em salários e encargos a pagar.....	5.362	5.063	9.975	10.707
Em impostos, taxas e contribuições a recolher.....	9.847	7.614	28.688	26.515
Em impostos parcelados.....	220	7.647	(9.163)	8.381
Em provisões para férias e encargos sociais.....	313	(280)	465	24
Em outras provisões.....	(1.231)	(254)	256	1.332
Em outras contas a pagar.....	165	(4)	1.342	(11)
	18.225	16.784	32.054	38.421
Fluxo de caixa das atividades operacionais	3.505	(5.032)	(22.888)	(12.019)
Outros				
Atividades de Investimentos				
Variável de intangível.....	-	(1)	(3)	(15)
Variável de imobilizado.....	(943)	243	(2.014)	742
Variável de investimentos.....	-	-	-	-
Variável de reavaliação de ativos próprios.....	-	-	-	-
Variável em prejuízo acumulado.....	-	-	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(943)	242	(2.018)	727
Atividades de Financiamentos				
Variável de empréstimos e financiamentos.....	(2.544)	4.075	18.773	15.964
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos.....	(2.544)	4.075	18.773	15.964
Acréscimo (decréscimo) de Caixa e Equivalentes.....	18	(715)	(6.133)	4.672
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes.....	6	721	7.011	2.339
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	24	6	879	7.011

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas				
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços.....	40.030	23.488	198.235	163.120
Outras Receitas.....	1.748	18.658	26.766	25.528
Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios.....	-	-	-	-
Provisão/Rev. Créd. Liquidação Duvidosa.....	-	8	937	(2.420)
Receitas Totais	41.778	42.154	225.938	186.229
Insumos Adquiridos de Terceiros				
Custos Prod., Mercs. e Servs. Vendidos.....	(28.700)	(26.099)	(93.713)	(68.193)
Materiais-Energia-Servs Terceiros-Outros.....	(561)	465	(19.977)	(14.958)
Perda/Recuperação de Valores Ativos.....	-	6.050	(6.334)	4.771
Outros.....	-	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	(29.261)	(19.583)	(120.044)	(78.380)
Valor Adicionado Líquido Produzido	12.517	22.571	105.894	107.848
Valor Adicionado Recebido em Transferência				
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	10.888	(6.117)	-	-
Receitas Financeiras.....	24	181	538	298
Outros.....	10.912	(5.936)	538	298
Valor Adicionado Total a Distribuir	22.407	11.878	79.254	77.220
PESSOAL				
Remuneração Direta.....	(7.623)	(5.598)	360	3.234
Benefícios.....	4.183	2.578	5.503	3.334
F.G.T.S.....	882	704	1.726	1.314
Outros.....	266	531	514	754
	(2.292)	(1.785)	8.103	8.635
Impostos, Taxas e Contribuições				
Federais.....	9.539	7.341	23.900	22.053
Estaduais.....	4.672	2.820	3.715	9.202
Municipais.....	202	209	559	413
	14.414	10.370	28.174	31.667
Remuneração de Capitais de Terceiros				
Juros.....	14.321	18.883	41.992	47.966
Aluguéis.....	196	64	1.893	1.489
Outras - Royalties.....	81	45	3.404	3.160
	14.598	18.991	47.289	52.615
Remuneração de Capitais Próprios				
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	-	-	-
Dividendos.....	-	-	-	-
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício.....	(4.313)	(15.698)	(4.313)	(15.698)
	(4.313)	(15.698)	(4.313)	(15.698)
Distribuição do Valor Adicionado	22.407	11.878	79.254	77.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa.....	24	6	879	7.011
Contas a receber (nota 4).....	10.334	7.155	77.010	65.979
Estoques (nota 5).....	6.256	3.592	30.603	17.209
Adiantamentos diversos (nota 7).....	841	1.521	3.395	2.751
Outras contas a receber (nota 7).....	20.174	21.714	55.474	34.334
Total do ativo circulante.....	37.629	33.988	167.361	127.284
Não Circulante				
Longo prazo.....				
Partes relacionadas (nota 6).....	5.785	8.467	8.805	8.677
Depósitos judiciais (nota 8).....	83.788	83.084	83.788	83.084
Créditos tributários (nota 9).....	4.287	4.173	4.288	4.173
Aplic. Fin. Garantia.....	-	-	6.430	-
Outras contas a receber.....	738	696	1.800	1.655
Investimentos.....	94.598	96.420	105.111	97.589
Intangíveis (nota 11).....	1.464	1.464	1.755	1.752
Imobilizado (nota 10).....	12.203	13.514	16.933	18.023
	13.667	15.064	16.688	19.775
Total do ativo não circulante.....	108.265	111.484	123.799	117.364
Total do Ativo	145.894	145.472	291.160	244.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos (nota 12).....	16.292	18.837	86.156	67.107
Fornecedores.....	7.757	4.179	12.987	12.496
Salários e encargos a pagar.....	51.073	45.712	77.430	67.456
Impostos, taxas e contribuições a recolher (nota 13).....	271.490	281.175	438.288	408.132
Impostos parcelados (nota 14).....	10.766	10.373	40.392	38.123
Férias a pagar e encargos sociais.....	2.126	1.813	3.644	3.179
Perda com investimentos (nota 15).....	172.808	183.912	-	1.066
Outras contas a pagar.....	741	452	8.022	4.648
Total do passivo circulante.....	533.053	526.453	666.919	603.207
Não Circulante				
Partes Relacionadas.....	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 12).....	-	-	-	-
Impostos parcelados (nota 14).....	105.466	105.640	117.057	128.488
Provisão para contingências (nota 16).....	1.242	2.503	1.548	2.824
Outras Provisões.....	1.406	-	1.407	-
Outras contas a pagar.....	3.274	5.109	3.273	5.064
Total do passivo não circulante.....	111.388	113.252	123.285	136.376
Participação minoritária.....	-	-	(496)	(702)
	-	-	(496)	(702)

Passivo a Descoberto Representado por:
Capital (nota 17)..... 30.602 30.602 30.602 30.602
Reavaliação de ativos próprios..... 6.355 7.263 6.354 7.263
Reserva de Incentivos Fiscais..... 21.687 9.983 21.687 9.983
Prejuízos acumulados..... (557.191) (542.081) (557.191) (542.081)
Patrimônio Líquido..... (498.547) (494.233) (498.548) (494.233)
Total do Passivo..... 145.894 145.472 291.160 244.648

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Valores expressos em milhares de reais)



MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 61.082.004/0001-50 - Companhia Aberta



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

Consolidado	31/12/2020		31/12/2021	
	Adições	Baixas	Juros	
Starcom Ltda.	(141)	23	(152)	(270)
	(141)	23	(152)	(270)

Recita de vendas entre companhias

Controladora	31/12/2021	31/12/2020
Manufatura de Brinquedos Estrela S/A	27.429	20.691
Estrela Distribuidora de Brinquedos	-	-
Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	6.193	427
Brinquemolde Licenciamento, Indústria e Comércio Ltda.	124.039	79.381
Starcom do Nordeste Comércio de Indústria de Brinquedos Ltda.	3	88
JM Comércio e Indústria de Plástico Ltda.	3.211	1.605
Editora Estrela Cultura Ltda.	3.460	1.452
Estrela del Paraguay	-	-
CATU Comércio de Cosméticos EIRELI	18	23
	164.353	103.667

a) Estrela Distribuidora de Brinquedos Comercial, Importadora e Exportadora Ltda (EDB) - Saldo proveniente de operações mercantis. Tais operações são liquidadas através do pagamento de despesas da Controladora por parte da empresa controlada. b) Brinquemolde Licenciamento, Indústria e Comércio Ltda. (BLIC) - Múltiplos provenientes de operações de licenciamentos de marcas de terceiros para utilizações em produtos "Estrela" e prestação de serviços de montagem para a MBE. c) Brinquemolde Armazéns Gerais Ltda. (BAG) - Até o exercício de 2004 a BEIC utilizava os serviços de armazenagem da BAG em Itapira, d) Starcom do Nordeste Comércio e Indústria de Brinquedos Ltda - Saldos de mútuo provenientes de operações mercantis e pagamentos de despesas operacionais. e) Starcom Ltda. - Saldos decorrentes de pagamentos de despesas de construção da planta fabril de Itapira - SP, de propriedade da empresa coligada e cujos pagamentos foram efetuados pela Controladora. Estes créditos poderão ser realizados futuramente, por meio da cobrança por parte da Starcom de aluguel pela utilização do imóvel que atualmente não é cobrado. f) JM Comércio e Indústria de Plásticos Ltda - A Companhia deliberou adquirir o controle societário da JM Comércio e Indústria de Plásticos Ltda. com sede na Estrada Municipal Km 01, S/N, Bloco D, Zona Rural, Três Pontas, MG, CEP 37190-000, registrada na JUCEMG sob o nº 31210165532 em 25/06/2014, e no CNPJ sob o nº 20.500.250/0001-06. Essa sociedade possui benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Minas Gerais e se dedica à fabricação de brinquedos e jogos recreativos, comércio atacadista de brinquedos e brindes. Isso possibilita que a JM Comércio e Indústria de Plásticos Ltda possa continuar a auferir tais benefícios como controlada do Grupo de Sociedades da Cia. O valor da aquisição importou em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), ou seja 18.000 quotas no valor nominal de R\$1,00 (hum real) cada uma, representando 90% do capital social, através da sociedade controlada Estrela - Distribuidora de Brinquedos, Comercial, Importadora e Exportadora Ltda., sociedade com sede na Av. Eusébio Matoso, 1375, 7º andar, Pinheiros, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.780.375/0001-06, cujo pagamento ocorreu em 06 de outubro de 2016.

Outras Partes Relacionadas - Contrato de empréstimo

Controladora	31/12/2021	31/12/2020
Carlos Antonio Tilkian	3.022	2.804
	3.022	2.804

Em 11/07/2014 através da Escritura Pública de Transação Preventiva de Litígio com Dação em Pagamento, do 11º Tabelião de Notas de SP, celebrada com Itau/Unibanco S.A., o acionista controlador Sr. Carlos Antonio Tilkian pagou com recursos próprios a dívida da Companhia no valor de R\$ 1.491.347,13 passando assim a ser credor da Companhia por essa importância.

A taxa de juros paga ao Itau/Unibanco era da ordem de 2,3212% ao mês e foi reduzida para 2,056% ao mês, conforme decidido pela Administração da Companhia, dando assim tratamento equitativo a esse mútuo. A partir de 1 de janeiro de 2021, conforme contrato de mútuo assinado entre as partes, a Cia passou a remuneração desse mútuo de taxa fixa para variável, na base do CDI, permanecendo essa taxa durante todo o exercício. Para o exercício de 2021 a Companhia poderá rever as taxas de remuneração caso haja necessidade, dependendo das alterações do mercado financeiro e observadas as normas legais aplicáveis a esse mútuo, se houver.

O pagamento do principal e dos juros ao acionista controlador está em atraso e o Mútuo não traz nenhum efeito relevante, financeiro ou contábil para a companhia, sendo pouco significativo em relação ao total dos empréstimos tomados pela Companhia durante o exercício passado.

Remuneração Trimestral do pessoal chave de administração

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários	49	94	49	94
Encargos	4	7	4	7
Benefícios	-	-	-	-
	53	101	53	101

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos	842	1.521	3.395	2.752
Impostos a Recuperar	19.279	20.802	53.501	33.027
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Investimentos a Classificar	685	621	1.727	1.002
Depósito Judicial IPI	-	-	-	-
Outros Créditos	209	291	246	304
	21.015	23.235	58.869	37.065

Foi registrado um crédito decorrente de decisão judicial transitada em julgado no valor de R\$ 19.516, que reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, com base no Recurso Extraordinário 574.706.

8. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos em TDA - IPI	1.093	2.548	1.093	2.548
Desajuste na aquisição de TDA's - IPI	(388)	(914)	(388)	(914)
Depósito judicial - processo	74.362	72.907	74.362	72.907
	75.067	74.541	75.067	74.541
Juros a receber sobre TDAs	18	46	18	46
TDA's em carteira	-	-	-	-
Outros créditos	8.703	8.497	8.703	8.497
	8.721	8.543	8.721	8.543
	83.788	83.084	83.788	83.084

Depósitos em TDA - IPI: Em 13 de novembro de 1992, a Companhia obteve decisão judicial favorável relativa ao IPI para compensação do valor correspondente à variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal - BTFN, entre o 9º e o 45º dia de recolhimento do imposto, referente ao período de julho de 1989 a janeiro de 1991. Os créditos foram tomados no período de agosto de 1992 a novembro de 1994 e reconhecidos nos resultados dos exercícios por ocasião da efetiva compensação. Em garantia, foram oferecidos Títulos da União Agrária - TDA's adquiridos no mercado, com preços que variam entre 45% e 65% do seu valor de face. Por entender que os juros incidentes sobre os TDA's excedem a garantia oferecida, a Companhia solicitou e obteve ordem judicial determinando que os juros vencidos e pagos sejam creditados em uma conta especial, em seu nome, na Caixa Econômica Federal - CEF. Vem sendo reconhecido no resultado do exercício, como receitas financeiras, os juros calculados de 6% ao ano. Os juros auferidos são depositados na conta da companhia junto a CEF, como parte integrante do depósito judicial que será utilizado pela Companhia para pagamento em dinheiro do valor do débito principal no Refis da Copa. Os juros não foram liberados para a Companhia permanecendo apenas como crédito em conta corrente na CEF, devido a existência de bloqueio judicial. Tendo em vista a possibilidade de pagamento à vista ou parcelamento de débitos tributários federais aprovado pela Lei 12.996 de 18 de junho de 2014 e legislação complementar, a Companhia optou em desistir do litígio judicial e requereu em Juízo que o valor do débito principal fosse pago à vista no valor de R\$ 137.602. O pagamento do valor principal do débito tributário será feito com a utilização do depósito judicial em dinheiro, resultante de créditos de resgate de TDA's e juros, existentes na Caixa Econômica Federal em Brasília. Os demais valores desse débito, relativos a multa e acréscimos financeiros, serão pagos através de compensação contábil de créditos decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, existentes nas empresas integrantes do Grupo de Sociedades controladas pela Companhia, na forma prevista na legislação do REFIS/2014. Dessa forma a Companhia tem a expectativa de liquidar, integralmente, essa contingência judicial, relativa ao principal, multas e acréscimos financeiros desse débito em aberto assim que for homologada a opção de pagamento, tanto pela Receita Federal do Brasil como também pelo Juízo Federal competente para liberar os valores existentes, depositados judicialmente na Caixa Econômica Federal em Brasília. Até a presente data a Receita Federal do Brasil ainda não havia feito a verificação dos prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL na contabilidade da Companhia para homologar esses créditos, que serão utilizados para pagamento da multa e acréscimos financeiros do débito em questão. Sem esse procedimento da Receita Federal do Brasil não poderá ainda ser concluído e efetivado o pagamento da dívida com os benefícios do REFIS 2014. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vem discutindo junto ao Poder Judiciário o critério de liquidação desse débito da União, garantido pelos TDAs, investindo ainda uma decisão definitiva com trânsito em julgado. Assim não existem efeitos contábeis concretos a serem reconhecidos neste exercício. A Companhia tem também direito a receber diferenças de taxa de juros - entre TR/Selic da CEF - sobre os depósitos judiciais, sendo que a CEF durante o exercício contestou em Juízo essas diferenças. Porém não existe nenhuma decisão definitiva a esse respeito, mantendo a Companhia a expectativa de receber tais diferenças de juros. A Companhia vem pagando, provisoriamente, o percentual de 1,2% a título de Penhora de Faturamento, determinada pelo Juiz da 6ª Vara das Execuções Fiscais Federais de São Paulo para pagamento de alguns débitos de Tributos Federais. Assim que forem considerados quitados os respectivos débitos a penhora pode ser encerrada ou aproveitada para pagamentos de outros débitos federais, tudo dependendo das próximas decisões judiciais.

9. Créditos Tributários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
ITBI	4.287	4.173	4.287	4.173
	4.287	4.173	4.287	4.173

ITBI: Em 31 de dezembro de 2001, com base em acórdão do Tribunal de Alçada Civil de São Paulo que reconheceu o direito de crédito referente ao ITBI progressivo pago a mais sobre venda de imóvel e considerando que o STJ já declarou a inconstitucionalidade desse imposto. O ITBI está sendo atualizado à razão de 0,5% ao mês.

10. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Taxa anual depreciação em %	2021	2020	2021	2020
Terrenos	4	86	86	638
Edificações	10	50.724	50.595	59.005
Máquinas e equipamentos	10	84.678	83.894	85.046
Moldes e ferramentas	10	1.249	1.248	5.905
Instalações	10	1.846	1.842	2.584
Móveis e utensílios	20	1.881	1.852	3.902
Computadores e periféricos		1.035	1.013	4.404
Outros		141.500	140.556	161.787
		(129.297)	(127.042)	(144.854)
Depreciação acumulada		12.203	13.514	16.933

11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Intangível	1.464	1.464	1.755	1.752
	1.464	1.464	1.755	1.752

12. Empréstimos e Financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Moeda Nacional	16.292	18.837	86.156	67.107
Curto Prazo	16.292	18.837	86.156	67.107
Longo Prazo	-	-	-	-
	16.292	18.837	86.156	67.107

Os empréstimos destinam-se a capital de giro com juros entre 1,60% a 2,60% ao mês. Como garantia, foram concedidas duplicatas a receber, notas promissórias e/ou aval do acionista controlador.

	MBE		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carlos A. Tilkian	3.022	2.804	3.022	2.804
	3.022	2.804	3.022	2.804

Havia uma dívida com o Banco Itaú S/A na Brinquedos Estrela Indústria e Comércio Ltda de R\$ 3.198 e na Manufatura de Brinquedos Estrela S/A de R\$ 904. Em julho de 2014 foram utilizados recursos do presidente da companhia Sr. Carlos Antonio Tilkian, para quitação de dívida com o Banco Itaú S/A, passando a ser, portanto a dívida com o Sr. Carlos Antonio Tilkian, vide nota explicativa nº 6.

13. Impostos a Recolher	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
IPI	54.527	53.321	73.169	65.084
PIS	9.087	8.860	21.499	20.650
COFINS	49.043	47.870	125.405	120.711
IRPJ	-	-	10.846	6.495
CSLL	-	-	3.865	2.380
ICMS	113.488	108.292	158.155	150.715
ICMS Substituição Tributária	44.125	41.637	43.630	41.149
Impostos retidos na fonte	1.220	1.192	1.675	1.628
ISS	-	-	1	1
IVA Déb. Fiscal	-	-	-	97
Fundo Turismo (AM)	-	-	243	243
	271.490	261.172	439.288	409.133

Correspondem aos saldos a pagar de impostos referentes a diversas companhias, vencidos e não pagos, devidamente atualizados na forma da legislação em vigor. Os Impostos Federais foram incluídos no pedido de parcelamento referente REFIS 2009.

14. Impostos Parcelados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Refis 2009	14.658	14.826	18.135	18.303
Refis	59.523	58.416	59.523	58.416
Paes	7.405	7.058	7.405	7.058
ICMS	33.505	34.437	66.075	75.988
PIS, COFINS, IPI	-	-	4.921	5.230
INSS, IPTU, FGTS	1.141	1.275	1.389	1.646
Curto prazo	116.232	116.012	157.448	166.611
Longo prazo	105.466	105.640	117.056	128.488
	116.232	116.012	157.448	166.611

Balanco

Curto prazo		REFFIS/PAES	
Curto prazo	65.001		
Longo prazo	66.928		

Notas explicativas

Refis	59.523
Paes (Refis II)	7.405
	66.928

Refis 2000

Saldos em 31 de dezembro de 2020	58.416
Pagamentos efetuados	-
Atualização monetária	1.107
Saldos em 31 de dezembro de 2021	59.523

Em 25 de março de 2000, a Companhia optou pelo Refis, nos termos da MP nº 2.004, de 10 de março de 2000, no intuito de regularizar débitos fiscais, no âmbito da Receita Federal, referentes aos exercícios de 1998, 1999 e 2000. O saldo da dívida está sendo atualizado com base na variação mensal da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP. A Companhia interrompeu o pagamento do Refis, o que provocaria o vencimento antecipado dos débitos, tornando-os sujeitos à Ação Executiva Judicial das autoridades fiscais. A administração decidiu manter a contabilização desse passivo no exigível a longo prazo. Como garantia ao Refis, foram arrolados os seguintes bens ou ativos, pertencente à controlada Estrela Distribuidora de Brinquedos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.: "Bens do ativo imobilizado - imóveis"; "Terreno no distrito de Parelheiros - São Paulo, com área de 24.427 m²"; "Box 828 do edifício situado na Avenida Passos, 101 - Rio de Janeiro. Foi solicitado junto à Receita Federal o extrato do REFIS atualizado, recebido pelo CAC PAULLISTA - DERAT/SP 01.18.186-6 N° 107, mas ainda a Companhia não obteve resposta conclusiva".

15. Perdas com Investimentos

Quadro de investimentos em controladas

Controlada	Período	Patrimônio líquido		Prejuízo/Lucro do exercício	Total das cotas - capital da investida	Cotas possuídas investidora participação (%)	Resultado da equivalência patrimonial	Valor contábil da provisão para perda
		Capital social	(passivo a descoberto)					
EDB	31/12/2021	132.464	(170.252)	11.055	100.000	99,990	11.055	(170.250)
	31/12/2020	132.464	(178.730)	(2.957)	100.000	99,990	(2.957)	(178.728)
BEIC	31/12/2021	6.797	(36.741)	(328)	600.000	99,990	(328)	(36.738)
	31/12/2020	6.797	(36.384)	(148)	600.000	99,990	(148)	(36.380)
BLIC	31/12/2021	5.000	(22.522)	(642)	50.000	99,990	(642)	(22.518)
	31/12/2020	5.000	(22.145)	(106)	50.000	99,990	(106)	(22.142)
BAG	31/12/2021	20	(45.621)	-	100	99,000	-	(45.165)
	31/12/2020	20	(45.620)	-	100	99,000	-	(45.164)
JM	31/12/2021	174	(2.310)	(144)	174.094	98,851	(142)	(2.283)
	31/12/2020	20	(2.350)	(44)	20.000	90,000	(40)	(2.115)
EEC	31/12/2021	186	(1.602)	(155)	1.860	99,942	(155)	(1.601)
	31/12/2020	100	(1.612)	(108)	10.000	99,900	(107)	(1.610)
CATU	31/12/2021	504	8.063	(211)	20.000	100,000	(211)	8.068
	31/12/2020	88	(2.903)	(969)	20.000	100,000	(969)	(2.903)
STARCOM NE	31/12/2021	11.137	(16.939)	(1.204)	11.137	99,991	(1.204)	(16.937)
	31/12/2020	10.000	(17.999)	(1.784)	10.000	99,990	(1.784)	(17.997)
EDP	31/12/2021	186	(956)	58	10.000	99,920	58	(956)
	31/12/2020	191	(698)	(211)	10.000	99,920	(211)	(697)

16. Provisão para Contingências: A Companhia é parte envolvida em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas. A provisão para contingências foi constituída segundo as informações cercadas dos consultores jurídicos com relação às demandas judiciais pendentes classificadas como perda provável. Aquelas demandas classificadas como perdas remotas, possíveis ou sem classificação (ou não valorizadas) não foram provisionadas. O montante de R\$ 13.395, que se referia à contingência de natureza tributária (Pis - decreto Lei 2.445/88 e 2.449/88), foi baixado pela administração, em 2006, com base na opinião dos assessores jurídicos, que consideram o assunto tratado resolvido por meio de decisão favorável do conselho de contribuintes e a Resolução 45 do Senado Federal. A Provisão registrada em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 1.548 no Consolidado e individualmente por empresa R\$ 1.242 na MBE e R\$ 306 na BLIC, possuem a finalidade de absorver eventuais perdas em processos cíveis e trabalhistas. Com base na opinião de seus assessores jurídicos a Companhia vem classificando como perda Provável as contingências decorrentes de disputas judiciais sobre os quais não haja mais recurso processual cabível ou que tenha sido objeto de Sumula Vinculante do STF ou de decisão judicial com efeito semelhante.

Demonstramos no quadro a seguir, a natureza das contingências ativas e passivas que foram avaliadas, como perdas prováveis, possíveis ou remotas pelos assessores jurídicos externos da empresa, a valores históricos.

	Ativas	
	Remoto	Possível/Provável
Cíveis	8.986	3
Tributárias	224.138	100
Trabalhistas	18	-
	233.143	103

	Passivas	
	Remoto	Possível/Provável
Cíveis	2.728	24.552
Tributárias	1.1.048.875	1.406
Trabalhistas	1	5.862
	2.730	1.079.288

17. Capital Social: O capital subscrito está representado por 808.350 ações, sendo que 269.450 ações ordinárias e 538.900 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais têm as seguintes vantagens: I. Prioridade no recebimento de dividendos de 6% ao ano, não cumulativo. II. Direito de participar em igualdade de condições, sempre proporcionalmente com as ações ordinárias na distribuição de dividendos, bonificações ou qualquer título, do remanescente dos lucros sociais de cada exercício. III. Prioridade no reembolso de capital, em caso de liquidação da Companhia. Através da Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2017, cuja ata foi devidamente arquivada na JUCESP sob número

...continuação



MANUFATURA DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.

C.N.P.J.M.F. nº 61.082.004/0001-50 - Companhia Aberta



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da

Manufatura de Brinquedos Estrela S.A. - Itapira - SP

Opinião: Examinamos as Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, da Manufatura de Brinquedos Estrela S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o Balanço Patrimonial individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2021, e as respectivas Demonstrações individuais e consolidadas do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Manufatura de Brinquedos Estrela S.A., em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para Opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas Controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza Significativa Relacionada a Continuidade Operacional: A Companhia vem incorrendo em prejuízo ano após ano, em 2021 o prejuízo foi de R\$ 4.313 mil (R\$ 15.698 mil em 2020). Ainda que a Companhia venha apresentando resultados operacionais positivos, permanece em 31 de dezembro de 2021, patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto) no montante de R\$ 498.597 mil (R\$ 494.233 mil em 2020), razão pela qual mantemos essa incerteza. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, a Administração da Companhia, em conjunto com seus acionistas controladores, continua com seu plano de melhorar a eficiência e competitividade, mediante uma gestão que privilegia a melhor opção entre importar e produzir internamente, assim como de uma administração mais rigorosa do capital de giro, sempre com o objetivo de recuperação para a geração de lucros consistentes e, assim, suprir a insuficiência de capital de giro próprio e diminuir progressivamente seu passivo a descoberto. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas na premissa da continuidade normal dos negócios da Companhia, portanto, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Controladora e suas Controladas continuarem suas operações. Esse assunto não modifica nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Os principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram abordados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo, a ao formar nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Títulos da Dívida Agrária: Conforme informado na nota explicativa nº 8, a Companhia possui Títulos de Dívida Agrária - TDA, bloqueados judicialmente em virtude de processo tributário relativo à dívida de IPI geradas entre os exercícios de 1992 e 1994. Tendo em vista a existência de outros débitos tributários federais e solicitação de inclusão no programa de parcelamento denominado REFIS 2014, a Companhia requereu em juízo que os referidos títulos fossem utilizados para liquidação das dívidas. No entanto, dependem do deferimento do pedido de parcelamento e homologação dos prejuízos fiscais apresentados à Receita Federal do Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Esse é o ativo mais relevante da Companhia e está envolvido em incerteza sobre o processo de parcelamento de obrigações tributárias. Nossos exames consistiram principalmente na conferência dos cálculos de atualização desses títulos, na utilização correta do valor de face de mercado por título adquirido e comprovação da existência e titularidade desses créditos, mediante carta de confirmação externa emitida pela Caixa Econômica Federal, que é a Instituição Financeira responsável pela custódia desses títulos. Também analisamos a opinião dos assessores jurídicos quanto a efetiva possibilidade de utilização desses títulos para os fins esperados. Desse modo consideramos adequados os critérios de contabilização e divulgação desse ativo.

2. Provisão para Contingências: A Nota Explicativa nº 16 informa que a Companhia é parte em diversas demandas judiciais para as quais a avaliação de risco é realizada com o auxílio de assessoria jurídica interna com base na legislação vigente e jurisprudências relacionadas aos respectivos riscos. As

provisões desses processos estão baseadas na melhor estimativa que a Administração possui na data base das Demonstrações Financeiras. Como essas estimativas são calculadas em tratamento probabilístico nesta data base, a liquidação das ações pode resultar em valores divergentes dos mensurados no processo de julgamento dessas estimativas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria nesse caso incluíram: i) avaliação e discussão sobre as políticas da Administração para provisão de contingências, bem como dos controles adotados para registro, identificação, avaliação e divulgação dos riscos envolvidos; ii) obtenção de cartas de confirmação dos assessores jurídicos com o detalhamento dos processos e a avaliação dos riscos envolvidos e probabilidades de perdas; iii) Avaliação sobre a adequação das divulgações nas Demonstrações Financeiras. Com base no resultado de nossos procedimentos, consideramos aceitáveis as estimativas e as divulgações preparadas pela Administração.

Ênfase: 1. REFIS 2014: Chamamos atenção para o fato de que a Companhia aguarda homologação da Receita Federal do Brasil para a efetiva mensuração e reconhecimento contábil dos efeitos decorrentes do possível deferimento de inclusão nos programas especiais de parcelamento, previsto na Lei nº 12.996/2014, denominado REFIS 2014 (Nota Explicativa Nº 14). Dessa forma, as demonstrações contábeis não incluem ajuste que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal. Não modificamos nossa opinião em virtude desse assunto.

2. PERT - Débitos Previdenciários: A Nota Explicativa nº 14 informa que a Companhia reconheceu nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2018, os efeitos relativos ao reconhecimento do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT sobre os débitos de tributos federais, nos montantes de R\$ 14.118 mil no Resultado do Exercício e de R\$ 27.264 mil na rubrica de prejuízos acumulados, mas que não reconheceu os eventuais efeitos no passivo, resultado e patrimônio líquido do Programa Especial de Regularização Tributária - PERT sobre os débitos previdenciários, de maneira conservadora, pois tais débitos não foram definitivamente identificados como "liquidadados" pela RFB, e seus valores, ainda que estimados pela Companhia, conforme descrito na Nota, não são definitivos. Entre 2019 e 2021 esse quadro se manteve inalterado, mas a Companhia espera que esses reflexos aconteçam no exercício de 2022. Esse assunto não modifica nossa opinião.

Outros Assuntos: 1. DVA: Examinamos também as Demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, pois sua apresentação não é requerida pelas normas contábeis. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras Informações que Acompanham as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e o Relatório do Auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais

e consolidadas, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas Controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas Controladas. Se concluímos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas Controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de março de 2022.

PGBR RODYOS AUDITORES INDEPENDENTES S.S - CRC 2SP 002000/O-0
Member



MILTON MIRANDA RODRIGUES
Sócio - Diretor
Contador - CRC 1SP 112905/O-5
CPF Nº 032.231.618-99

JACQUELINE RODRIGUES FERRAZ DE CAMPOS
Sócia
Contadora - CRC 1SP 289124/O-7
CPF Nº 339.833.438-56

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a Infraestrutura
da Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>